

Sílvia Andreis-Witkoski



INTRODUÇÃO

À

LIBRAS

Língua, História e Cultura



Editora
UTFPR

INTRODUÇÃO À LIBRAS:
língua, história e cultura



Reitor: Carlos Eduardo Cantarelli. **Vice-Reitor:** Luiz Alberto Pilatti. **Diretora de Gestão da Comunicação:** Noemi Henriqueta Brandão de Perdigão. **Coordenadora da Editora:** Camila Lopes Ferreira.

Conselho Editorial da Editora UTFPR. Titulares: Bertoldo Schneider Junior, Hieda Maria Pagliosa Corona, Hypolito José Kalinowski, Isaura Alberton de Lima, Juliana Vitória Messias Bittencourt, Karen Hylgemager Gongora Bariccatti, Luciana Furlaneto-Maia, Maclovio Corrêa da Silva e Sani de Carvalho Rutz da Silva. **Suplentes:** Anna Silvia da Rocha, Christian Luiz da Silva, José Antonio Andrés Velásquez Alegre, Ligia Patrícia Torino, Márcio Barreto Rodrigues, Maria de Lourdes Bernartt, Mário Lopes Amorim, Ornella Maria Porcu e Rodrigo Lingnau.

Editora filiada a



Sílvia Andreis-Witkoski

INTRODUÇÃO À LIBRAS:
língua, história e cultura

Curitiba
UTFPR Editora
2015

© 2015 Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons-
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Esta licença permite o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Disponível também em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>>.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A559 Andreis-Witkoski, Sílvia
Introdução à Libras : língua, história e cultura. / Sílvia Andreis-Witkoski. –
Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.
198 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-7014-143-9

1. Língua brasileira de sinais – História. 2. Língua de sinais. 3. Linguagem e línguas. 4. Surdos – Educação – História. 5. Surdos – Meio de comunicação. I. Título.

CDD (23. ed.) 419

Bibliotecária: Maria Emília Pecktor de Oliveira CRB-9/1510

Coordenação editorial
Camila Lopes Ferreira
Emanuelle Torino

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Marco Tulio Braga de Moraes

Revisão

Vera Lúcia Barbosa
Helen Jossania Goltz

Normalização

Camila Lopes Ferreira
Emanuelle Torino

Fotografias

Saturnino Machado de Oliveira Neto

Ilustração da capa

Sílvia Andreis-Witkoski

Seleção das fotografias de sinais na Libras

Débora Pereira Claudio
Marcia Eliza Poll

UTFPR Editora
Av. Sete de Setembro, 3165 Rebouças
Curitiba – PR 80230-901
www.utfpr.edu.br

SUMÁRIO

- 6 **PREFÁCIO**
- 10 **COMO COMUNICAR-SE COM UMA PESSOA SURDA?**
- 24 **OS PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS SURDOS**
- 42 **A EDUCAÇÃO DOS SURDOS REGIDA PELA PERSPECTIVA CLÍNICO-TERAPÊUTICA DA SURDEZ**
- 48 **A ACEITAÇÃO PARCIAL DA LÍNGUA DE SINAIS POR MEIO DA COMUNICAÇÃO TOTAL**
- 54 **O BILINGUISMO COMO UM DIREITO ALICERÇADO NA PERSPECTIVA SOCIOANTROPOLÓGICA DA SURDEZ**
- 60 **EDUCAÇÃO DE SURDOS: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES**
- 70 **SURDOS OU DEFICIENTES AUDITIVOS: QUAL A DIFERENÇA?**
- 82 **CULTURA SURDA**
- 114 **ESCOLA BILÍNGUE DE SURDOS E ESCOLA INCLUSIVA: QUE EDUCAÇÃO OS SURDOS ALMEJAM?**
- 120 **A LÍNGUA DE SINAIS: MITOS E VERDADES**
- 132 **ASPECTOS FONOLÓGICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**
- 142 **ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**
- 150 **CATEGORIAS GRAMATICAIAS**
- 170 **ASPECTOS SINTÁTICOS**
- 182 **O PROCESSO ANÁFORICO NA LIBRAS**
- 186 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 190 **REFERÊNCIAS**



PREFÁCIO

ós, os defensores dos Direitos Humanos, acabamos de ganhar um presente intitulado - INTRODUÇÃO À LIBRAS: LÍNGUA, HISTÓRIA E CULTURA - nascido sob o selo da Editora da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR).

O livro, fecundado e gestado durante disciplina de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) ministrado na mesma universidade pela autora, vem, tal como no dizer de Freire (1993, p. 32): "molhado de prática vivida" para instrumentalizar nossa luta contra o preconceito.

As armas que nos oferece, sejamos aprendizes, sejamos professores, sejamos pesquisadores, prenes de profundidade teórica e de consistente tessitura, são introdutórias meramente porque voltadas também a quem adentra o terreno da Libras.

Sob a concepção político-epistemológica que entende que o imaginar-se no lugar do outro, empática e genuinamente, tem o poder de transformação do preconceito (OZ, 2002), o livro nos leva, em viagem sem retorno, pelas estradas e desvios da constituição do que hoje conhecemos como Libras e como a legislação que a defende.

A viagem, que não nos poupa da "dor e da delícia" (VELOSO, 1986) de conhecer a realidade, conta a história do povo surdo e de seus sequestrados direitos humanos, embasados ora em crenças ora na ciência da época.

Da Odisseia documentada podemos, nós os viajantes-leitores, tanto reconstruir os caminhos que hoje constituem a legislação existente, ainda que precariamente vigente, quanto, o que talvez seja ainda mais significativo, compreender as raízes do preconceito já naturalizado de que os surdos supostamente sejam inferiores.

O conceito de cultura surda que o livro nos ensina, defendido por Skliar (1998, p. 28) não é o de uma cultura patológica, nem o de uma cultura ao revés, nem o de uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. O conceito de cultura surda é dado, antes, por sua própria lógica, em sua própria historicidade e em seus próprios processos e produções.

A autora, emigrante na língua surda já adulta, por força da necessidade, de borrarfeira fez-se cinderela. Como primeira pós-doutora surda do país (Universidade Federal do Paraná - UFPR) e professora universitária (UTFPR) firma-se como nome-endereço na comunidade epistêmica da área a qual se vincula.

O genuíno e louvável esforço empreendido por Sílvia Andreis-Witkoski para apresentar de forma simples e acessível a complexa rede de relações históricas, culturais, legais, políticas e linguísticas aqui desenvolvidas, pode ser utilizado agora, por nós Defensores dos Direitos Humanos ouvintes ou não, como instrumento de combate ao preconceito.

De sua vivência emigrante do mundo ouvinte para o povo surdo, de sua vivência como pesquisadora, a autora construiu o conhecimento anímico-cognitivo de que não basta ser fluente em Libras para romper com o ciclo da perspectiva do eixo ouvinte que percebe o mundo surdo mediante algo que lhe falta e que, portanto, o define como deficiente.

Neste trabalho, que denominei de presente, pelo sentido transformador que encerra Sílvia, metaforicamente, nos empresta sua "gramática", sob a forma da gramática da Língua de Sinais, de seu passado, seu presente, da cultura surda, para que a usemos em nossa luta contra o preconceito na direção da desnaturalização de privilégios, da justiça social e da formação de novos falantes em Libras.

Como em trabalhos anteriores, a autora mantém firme sua atitude de lutar na medida do impossível dado que na medida do possível é pouco.



Profa. Dra. Tânia Maria Baibich

Na Libras meu sinal utiliza a configuração da letra "T" do alfabeto manual da língua, sinalizado na mesma localização na qual se sinaliza amor e ética, o que muito me orgulha.





COMO COMUNICAR-SE COM UMA PESSOA SURDA?

Estabelecer formas de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes se constitui em um desafio que, necessariamente, precisa ser superado a fim de romper as barreiras que se impõem entre estes dois segmentos. Estas formas de comunicação acontecem porque os dois grupos são, em sua grande maioria, falantes de línguas diferentes, isto é, os ouvintes, de uma língua de modalidade oral-auditiva, e os surdos de outra modalidade: a viso-espacial.

Pondera-se que a barreira linguística poderia ser desconstruída se as pessoas que ouvem se dispusessem a aprender Língua de Sinais e, ao se tornarem fluentes, automaticamente fariam desaparecer os obstáculos para a comunicação plena com sujeitos surdos usuários da referida língua.

Este ideal já se constituiu em uma realidade na ilha Martha's Vineyard, de Massachusetts onde, segundo Sacks (1998), todos os habitantes, surdos e ouvintes, usavam a Língua de Sinais, independente do fato de os surdos serem numericamente muito menos do que os ouvintes. Esta mesma realidade, segundo Brito (1993) descreveu, ocorre entre os índios Urubus-Kaapor do Brasil, os quais utilizam a Língua de Sinais para a comunicação com os índios surdos.

A sugestão de aprendizagem da língua dos surdos pelos ouvintes é feita em decorrência de que estes, se forem também videntes, podem aprendê-la sem encontrar nenhuma barreira sensorial que dificulte o processo de aprendizagem.

Em contrapartida, continuar propondo o caminho inverso aos que não ouvem ou ouvem muito pouco, implica em um processo extremamente moroso e desgastante. Por não possuírem uma audição funcional que os habilite a compreender a sonoridade das palavras faladas e a aprender a língua oral auditiva, também não conseguem acessá-la de forma natural. Isso, muitas vezes, se traduz em anos de intermináveis sessões de terapia

da fala que, na maioria das vezes, apesar de todos os esforços empreendidos por estes sujeitos, não permitem adquirir uma oralidade plenamente compreensível por todos os ouvintes.

A produção oral resultante destes esforços, conforme destaca Duffy (apud QUADROS, 1997), normalmente é compreendida apenas pelas pessoas habituadas a conviver com as pessoas surdas. Para além desta questão, faz-se mister destacar que, na maioria das vezes, estas pessoas surdas ficam atreladas a um domínio lexical oral restrito, devido à imensa complexidade que constitui aprender a pronunciar palavras que nunca foram ouvidas, o que repercute também na qualidade de conversação oral possível.

O ideal desejado é que o maior número possível de pessoas possa se dispor a aprender a Língua de Sinais a fim de tornar mais ampla a comunicação destas com os surdos usuários da língua. É importante destacar que não somente a maioria ouvinte desconhece esta língua, mas muitos dos surdos, em decorrência dos históricos processos estigmatizantes, assimilaram os preconceitos impostos a eles e à sua língua, recusando-se a se reconhecer como surdos e adotando a língua dos ouvintes, independente das dificuldades e restrições que esta impõe à sua plena comunicação. E, apesar de falar oralmente com as dificuldades já referidas, os sujeitos surdos não conseguem acessar auditivamente o retorno de seus interlocutores o que implica o acesso às informações faladas por meio da leitura labial.

Desta feita, em se tratando do sujeito surdo não usuário da Língua de Sinais ou que a utiliza como primeira língua, mas é oralizado e sabe fazer a leitura labial, e do interlocutor que não conhece a língua de modalidade visual para conversar com pessoas que não ouvem, é necessário, para que se efetive uma comunicação via língua oral, o uso de algumas

estratégias comunicacionais. Nestes casos, a percepção das informações acontece por meio da apreensão visual da leitura labial, o que significa que, para o estabelecimento de uma conversação, é necessário que haja o contato visual frontal.

No contato estabelecido é preciso que o interlocutor esteja posicionado de forma que seus lábios sejam vistos em posição frontal para que a identificação visual das palavras faladas seja possível. Ao se considerar que a articulação de muitos fonemas é bastante similar, como do /p/ e do /b/ por exemplo, é fundamental levar em conta que as palavras devem ser pronunciadas com boa articulação labial, em movimentação labial visualmente perceptível, o que nem todas as pessoas apresentam, inviabilizando uma leitura labial aceitável (ANDREIS-WITKOSKI, 2009).

Conforme já referido, para possibilitar a compreensão das palavras por meio da visão é necessário que se estabeleça, entre os interlocutores, um contato visual frontal. Os lábios do falante em relação aos olhos do surdo devem estar posicionados horizontalmente. Neste sentido, vale destacar que tal situação é pouco usual.

Em situações de inclusão dos sujeitos surdos em escolas regulares é praticamente impossível admitir que estes alunos possam fazer uso da leitura labial para ter acesso aos conteúdos falados pelo professor. Tal fato ocorre por ser absolutamente inviável ao educador falar para sua turma, olhando apenas para seu aluno surdo, posicionando-se na altura deste, já que, se permanecer em pé, a perspectiva dos seus lábios deixa de ser frontal horizontal, para ser uma visão de baixo para cima, dificultando muito a leitura labial. A improcedência desta possibilidade é relatada por inúmeros surdos, conforme depoimento da doutora surda Strobel (2008a, p. 16) sobre o processo:

Eu, por exemplo, procurava ler os lábios, mas após uns 10 minutos os meus olhos começavam a arder, cansava e eu desistia de prestar atenção nas aulas e ficava "olhando-para-a-parede". Acho que se tivesse "diploma" para o total de horas "olhando-para-a-parede", eu bateria recorde por toda a minha vida escolar "inclusiva".

Tal qual Strobel (2008a) explica, é importante reforçar que o processo de leitura labial constitui-se como extremamente desgastante e cansativo para os sujeitos surdos já que, diferentemente dos que ouvem e captam as palavras automaticamente pela audição, o surdo precisa identificá-las visualmente, atribuindo-lhes significado contextual. Neste sentido, observa-se que o ritmo usual das conversações tecidas ou de uma aula expositiva é extremamente rápido, o que implica em permanente perda de informações por esses sujeitos que, por sua vez, precisam preencher as lacunas das palavras não acessadas visualmente, deduzindo-as por contexto. Este processo é complexo na medida em que a percepção visual da leitura labial é mais lenta em comparação com o ritmo da fala, por constituir um processo de elaboração mental das palavras faladas. A explicação tecida pela professora surda Vilhalva (2004, p. 26), confirma tal complexidade:

Bom dia! Como vai você? Tudo Bem?" E continua falando... O surdo, quando estiver lendo os lábios – "Bom dia! Como vai...", até ser estruturado o pensamento e compreender a mensagem, já perdeu o restante da frase, e quando volta a ler novamente defronta-se com palavras soltas, levando-o assim a tentar adivinhar as palavras desconhecidas num contexto geral.

O esclarecimento tecido por Shirley reforça que, para ser estabelecida uma comunicação com sujeitos surdos, é preciso estar atento ao ritmo de conversação, buscando falar mais pausadamente. Isto não significa que se deva retardar a fala como em um processo de soletração

silábica das palavras, já que isso poderia caracterizar em subestimação da capacidade de entendimento, além de ser absolutamente irritante. A sugestão é que seja usado um discurso mais pausado, fazendo uso de boa articulação labial e mantendo a posição frontal, evitando situações como as ilustradas abaixo:



► DÉBORA PEREIRA CLAUDIO, À ESQUERDA, E SÍLVIA ANDREIS-WITKOSKI, À DIREITA.

Conforme ilustrado, a posição frontal deve ser mantida durante toda a conversação, evitando-se virar o rosto durante o diálogo com um sujeito surdo. Deve ser evitada, também, qualquer situação que promova a perda da visão dos lábios do falante, tal qual colocar a mão ou qualquer tipo de objeto em frente à boca. Neste sentido, destaca-se ainda que é importante evitar o uso excessivo de gesticulação, a fim de não atrapalhar a atenção visual dos sujeitos surdos no processamento da leitura da palavra falada.

Um ambiente que apresente boa condição de luminosidade também é fundamental para que este tipo de diálogo possa ser mantido. Com o intuito de demonstrar quão inapropriados são os ambientes que não

apresentem iluminação adequada, já que subtraem a possibilidade de conversação via língua oral falada, apresenta-se uma situação relatada por Strobel (2008b, p. 38), a qual aponta para as dificuldades impostas por um ambiente precariamente iluminado.

Uma vez meu namorado ouvinte me disse que iria fazer uma surpresa para mim pelo meu aniversário; falou que iria me levar a um restaurante bem romântico. Fomos a um restaurante escolhido por ele, era um ambiente escuro com velas e flores no meio da mesa, fiquei meio constrangida porque não conseguia acompanhar a leitura labial do que ele me falava por causa de falta de iluminação, pela fumaça de vela que desfocava a imagem do rosto dele, que era negro; e para piorar, havia um homem no canto do restaurante tocando música que, sem poder escutar, me irritava e me fazia perder a concentração por causa dos movimentos dos dedos repetidos de vai-e-vem com seu violino. O meu namorado percebeu o equívoco e resolvemos ir a uma pizzaria!

Diversas estratégias devem ser priorizadas para tornar possível a comunicação oral entre surdos e ouvintes. Os ouvintes podem captar as emoções contidas nas palavras, em função de sua sensorialidade auditiva, não somente pelo significado, mas também pelo tom com que são pronunciadas. Como a pessoa surda não consegue acessar as nuances do discurso contido na tonalidade da voz daquele que lhe fala oralmente, uma estratégia adequada pode ser o uso da expressividade facial e/ou corporal, que deve corresponder à mensagem transmitida.

Uma situação possível, que pode se tornar contraditória para um surdo e é usual para o ouvinte, é alguém, por exemplo, dizer sorrindo para outra pessoa que a odeia. Tanto a tonalidade de voz quanto a mensagem subliminar serão percebidas pelo ouvinte, entretanto, o sujeito surdo, ao perceber o sorriso, tenderá a fazer uma leitura labial por associação, buscando uma mensagem em sintonia com a expressão sorridente daquela.

Sobre a questão da tonalidade de voz, reitera-se a importância das expressões faciais em substituição àquela como fonte de informação,

com a argumentação tecida pela autora surda Witt (2013, p. 69), do livro *Surdez: silêncio em voo de borboleta*. Segundo a autora:

[...] a entonação da voz para os surdos permanece eternamente implícita. Perceber a emoção é fundamental para o entendimento da comunicação, por isso que as expressões faciais "substituem" a entonação da voz; é claro que antes de tudo é indispensável saber o significado de cada uma delas.

Outra atitude a ser observada é o inadequado tom de voz utilizado pelos ouvintes ao entrarem em contato com pessoas surdas. Há situações em que alguns ouvintes passam a gritar com os sujeitos surdos, como se assim pudessem ser ouvidos ou melhor compreendidos. Vale ressaltar que o inverso também não deve ser adotado. Muitos ouvintes, ao serem informados da surdez, optam por subtrair a voz. Esta também não é uma boa opção, pois esta medida resulta numa fala artificial, com uma articulação muitas vezes confusa e difícil de ser percebida visualmente. Desta forma, o que vale é falar normalmente, sem gritar ou emudecer, apenas considerando os cuidados referidos anteriormente.



► DÉBORA PEREIRA CLAUDIO, À ESQUERDA, E SÍLVIA ANDREIS-WITKOSKI, À DIREITA.

Como o diálogo com o surdo precisa ser estabelecido frontalmente e com a voz em sua tonalidade normal, caso o sujeito não esteja olhando, pode-se tocar levemente em seu ombro, ou se ele estiver distante, mas no mesmo campo visual, pode-se acenar até que o sujeito surdo perceba que está sendo chamado. O toque deve ser leve e respeitoso, evitando-se em absoluto tocá-la de forma abrupta ou em outra região de seu corpo. Também é inadmissível atirar coisas em sua direção ou bater com força na mesa, por exemplo, a fim de chamar a atenção.

A pesquisadora surda Andreis-Witkoski (2011), no ano de 2010, atestou que mesmo nas escolas de surdos, em muitas situações, o professor grita para chamar a atenção dos alunos, numa tentativa de aproveitar os resíduos auditivos daqueles que não são surdos profundos. Esta opção, além de tornar o ambiente escolar, em especial o da sala de aula, extremamente ruidoso, desconsidera que o que deve ser valorizado é a perspectiva visual de apreensão do mundo, singular aos sujeitos surdos. Nesta linha, vale destacar que, tanto em escola de surdos como em situações de inclusão em sala de aula, uma boa forma de chamar a atenção deste alunado deve ser a de tocar no interruptor da sala de aula, de modo a acender e apagar a luz, para que percebam a mudança de luminosidade e voltem sua atenção para o professor.

Esta é uma estratégia que, além de contemplar a diferença surda, pode ser produtiva para os ouvintes, que passam a ser instigados a perceber que existem outras formas de se comunicar. A troca de luminosidade, além de se constituir em uma estratégia de captar a atenção dos sujeitos surdos, também pode ser utilizada como prática pedagógica, inclusive em momentos de recreação. Como exemplo, cita-se a famosa dança das cadeiras, brincadeira típica da cultura ouvinte, da qual os sujeitos surdos, a princípio, não poderiam participar por não poder ouvir o alerta que avisa

o momento de sentar. Para evitar esta exclusão, poderia ser introduzido um elemento visual acordado pelo grupo, como o aceno de uma bandeira, por exemplo, que sinalizaria a hora de buscar as cadeiras para sentar.

Sobre a leitura labial, Sacks (1998, p. 82) assim a define:

[...] leitura labial não é apenas uma habilidade visual – 75% dela é uma espécie de adivinhação inspirada ou conclusão por hipótese, dependendo do uso de pistas encontradas no contexto.

Vale ressaltar que, conforme apontado também por Andreis-Witkoski (2009), considerar a possibilidade de que o sujeito surdo possa vir a "compensar" o sentido da audição para ter acesso às informações faladas é uma hiperestimação e um mito, na medida em que "a comunicação via fala e leitura de lábios da língua falada é necessariamente muito limitada para uma pessoa que não pode ouvir. Portanto, a fala pode representar apenas funções comunicativas muito básicas para os surdos" (SVARTHOLM, 1999, p. 19).

O uso da leitura labial é difícil e cansativo e, mesmo com o uso das várias estratégias para facilitar o diálogo entre surdos e ouvintes via língua oral, ainda permanecem dificuldades de entendimento mútuo. É fundamental que as pessoas envolvidas não percam a paciência e nem desistam de tentar se comunicar. Não há necessidade do ouvinte se sentir constrangido quando não compreender e/ou não for compreendido. Sugere-se que sejam repetidas as informações quantas vezes forem necessárias até que seja possível o entendimento. Inclusive, nos casos em que os sujeitos surdos também leem e escrevem a língua oral, pode-se fazer uso da escrita.

Ressalta-se que, no caso de alguma palavra não ser entendida, é mais adequado, caso esta já tenha sido repetida mais de uma vez, optar pelo uso de um sinônimo, pois a leitura labial é tecida por associação ao

contexto e, às vezes, mesmo pelo contexto, a palavra falada pode não combinar com a mensagem esperada pelo sujeito surdo. A articulação de uma palavra diferente, no caso um sinônimo, pode facilitar a leitura.

O uso de sinônimos é importante, pois, em decorrência dos desastrosos processos de ensino e aprendizagem a que a maioria dos sujeitos surdos foi submetida - e essa temática será desenvolvida posteriormente -, a maioria destes apresenta domínio lexical da língua oral bastante restrito. Em função disso, o significado de termos básicos de conversação para os ouvintes pode ser desconhecido para muitos sujeitos surdos, o que faz do uso de sinônimos uma alternativa plausível. Contudo, destaca-se que a sugestão é de uso de sinônimos e não de subtração de texto, quando se opta por, simplesmente, fazer um resumo simplório da ideia original. Para compreender melhor o desconforto causado pela tendência de repassar permanentemente aos surdos apenas um resumo do que falantes da língua oral compartilham oralmente, transcreve-se o depoimento de dois sujeitos surdos:

[...] nas reuniões de família, se todos conversavam e ela perguntava de que falavam, para ela sempre faziam um resumo. Ou quando os familiares atendiam ao telefone e ficavam por longo tempo conversando, e ela depois perguntasse o que conversaram, o relato sempre era curto. Era sempre um resumo, repassavam alguma informação e diziam que só estavam "batendo papo". Mas ela queria mais e tal situação lhe causava angústia (ANDREIS-WITKOSKI; SANTOS, 2013, p. 31).

Todos eram ouvintes, só eu surda, professor falava eu perguntava para colega o que tinha falado eles sempre me **passavam só um resumo, resumo, resumo, e eu copiava, copiava**. Sempre copiava dos colegas. Em todas as disciplinas era igual, eu só copiava (ANDREIS-WITKOSKI, 2012, p. 49).

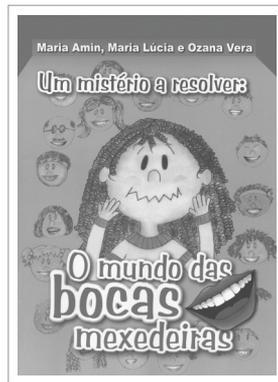
Diante do exposto é importante reforçar que a forma ideal de comunicação com os surdos é por meio do uso da Língua de Sinais, própria

das pessoas surdas, cuja oficialização¹ como segunda língua do Brasil trouxe a possibilidade desta vir a adquirir o mesmo status linguístico das línguas orais. E, ao analisar as interfaces das relações comunicativas entre pessoas surdas e ouvintes - é mito acreditar que todos os surdos fazem leitura labial- fica evidente a necessidade de que a Língua de Sinais seja a língua mediadora do processo, de maneira que a comunicação possa ser estabelecida em sua plenitude. Conquanto este ideal ainda se constitua em uma miragem, é fundamental estar atento às necessidades específicas de adequação para que tanto os ouvintes quanto também uma parcela de sujeitos surdos, que a recusam por associá-la a uma linguagem inferior, venham a se tornar fluentes, de modo a possibilitar a plena comunicação entre ambos os grupos.

1 A legislação que regulamenta oficialmente a Língua de Brasileira de Sinais é datada de 24 de abril de 2002, conhecida como a Lei da Libras, número 10.436, pela qual: "Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil" (BRASIL, 2002).



SUGESTÃO DE LEITURAS COMPLEMENTARES



BONFIM DE OLIVEIRA, M. L. M.; CARVALHO, O. V. G. de; OLIVEIRA, M. A. A. de. **Um mistério a resolver: o mundo das bocas mexedeiras.** Belo Horizonte: Del Rey, 2008.



ANDREIS-WITKOSKI, S. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a12.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2014.



Informações sobre a aquisição deste
livro podem ser obtidas pelo e-mail:
livraria@utfpr.edu.br

A UTFPR Editora tem por finalidade principal viabilizar a publicação de obras resultantes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de documentos institucionais produzidos pela UTFPR. Visa ainda a publicação de obras originais ou traduzidas, de valor técnico, científico, artístico e literário de autores nacionais e internacionais.

Saiba mais em www.utfpr.edu.br/editora



Av. Sete de Setembro, 3165
Rebouças - CEP 80230-901
Curitiba - PR - Brasil

Telefone Geral
+55 (41) 3310-4545